



A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE CRUZ ALTA/RS: SISTEMATIZANDO OS RESULTADOS DE UM ESTUDO

D'OLIVEIRA, Marcele Camargo¹; ALVES, Carla Rosane da Silva Tavares²;
SOUZA, Antonio Escandiel de³

Introdução

Em um país como o Brasil, caracterizado por sua continentalidade e marcado por acentuadas diferenças socioeconômicas, não raro se depara com diversas variações linguísticas dentro de um mesmo corpo social, evidenciando, assim, a existência de um idioma português não uniformizado e, por isso mesmo, heterogêneo. É necessário considerar que, quando se pretende explicitar a respeito do fenômeno da variação linguística, a diversidade, a diferença e as inúmeras manifestações socioculturais daí decorrentes são partes integrantes de uma complexa conjuntura que abrange a própria constituição e afirmação identitária dos sujeitos e dos grupos sociais em que estão inseridos. Assim, categorias como etnia/raça, gênero, geração e classe social, dentre outras, são relevantes instrumentos para que se possa verificar o quanto a linguagem é um campo interacional e comunicacional permeado tanto pelo preconceito e a discriminação quanto pela diversidade.

Embasando-se nestas ideias primordiais, o presente estudo busca sistematizar os resultados alcançados pelo Projeto de Pesquisa intitulado “Diversidade, Linguagem e Ensino: um estudo da variação linguística nas escolas públicas de Cruz Alta”, o qual conta com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS). Nesse sentido, o objetivo geral do referido Projeto consistiu na realização de uma atividade de pesquisa envolvendo um trabalho crítico-reflexivo sobre a realidade linguística com suas variações na sala de aula das escolas públicas do município. Foi possível identificar os diferentes universos culturais dos alunos nesse contexto, refletindo sobre a utilização das práticas pedagógicas.

¹ Acadêmica do 10º Período do Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). Bolsista do Projeto de Pesquisa que conta com o apoio do PROBIC/FAPERGS/UNICRUZ. Integrante do Grupo de Estudos Linguísticos(GEL) e do Grupo de Pesquisa em Estudos Humanos e Pedagógicos (GPEHP), ambos da UNICRUZ. E-mail: marcelecarnagod@gmail.com

² Doutora em Literatura Comparada (UFRGS). Docente e Pesquisadora da Universidade de Cruz Alta. Colaboradora do Projeto. E-mail: ctavares@unicruz.edu.br

³ Doutor em Linguística Aplicada (UFRGS). Docente e Pesquisador da Universidade de Cruz Alta. Coordenador do Projeto e Líder do Grupo de Estudos Linguísticos (GEL) da UNICRUZ. E-mail: asouza@unicruz.edu.br



Visibilizando os Resultados Alcançados pelo Projeto de Pesquisa em Questão

Muito embora a exclusão social em razão do preconceito linguístico esteja presente em todos os campos socioculturais, é nas ambiências escolares que ela melhor se visualiza. Ao mesmo tempo, face a relevância das instituições de ensino no desenvolvimento e formação dos sujeitos, é na escola que tal forma de discriminação também deve ser combatida. No momento em que começa a frequentá-la, a criança já possui uma variação linguística própria, construída em função de sua origem geográfica, da condição social em que vive e da conjuntura familiar em que está integrada. Todavia, uma vez presente no ambiente escolar, o educando passará a ter contato com a norma linguística considerada padrão que, em diversas ocasiões, poderá divergir da língua que dominava e utilizava até então.

Nesse aspecto, na escola, a criança aprende que a língua que empregava era “errada”, já que não atendia às normas gramaticais postas. No entanto, a instituição escolar, em muitas situações, não leva em conta a realidade social das variações linguísticas utilizadas por diferentes grupos culturais, limitando-se tão somente a aplicar aos educandos às normas da língua padrão, ao renegar todas as demais diversidades linguísticas existentes. Desta forma, quando apresentada em sala de aula pelo educando uma variedade linguística que não atende à norma padrão, este, além de sofrer preconceito linguístico⁴ ao ser repreendido e ridicularizado por seus “erros” gramaticais, passa, ainda, a duvidar da sua própria capacidade de aprendizagem, acreditando que não sabe falar o português.

Considerando os dados, as pesquisas, os diálogos com os educandos e as entrevistas abertas realizadas com educadores, tudo isso oportunizado por este Projeto, pode-se melhor compreender a complexidade e a amplitude do fenômeno da variação linguística em sala de aula. Contudo, as discussões e as práticas que estão sendo utilizadas no contexto escolar são, não raras vezes, mitigadas, perpetuando a lógica do ensino-aprendizagem formal e positivista.

Em que pese a escola possua a função de auxiliar os educandos no uso da estrutura e das funcionalidades linguísticas nas mais variadas circunstâncias de diálogo e de interação, constatou-se que nem sempre é possível atender estas necessidades linguísticas, pois os educadores não conseguem dar conta das inúmeras individualidades decorrentes da própria linguagem materna, recorrendo tão somente à gramática escolar. E muitos são os fatores que, analisados conjuntamente, servem para elucidar a realidade sociocultural existente nas ambiências municipais de Cruz Alta/RS, objetivo deste Projeto.

⁴ Sobre preconceito linguístico ver Bagno (2002), Bizzocchi (2013; 2014), Bortoni-Ricardo (2004) e Luft (1985).



Dos questionamentos aplicados aos educandos e educadores, procurou-se identificar as práticas pedagógicas e metodológicas efetivamente empregadas quanto à diversidade linguística. Visualizou-se que, sob o ponto de vista dos educandos, há pouco interesse pelo debate a respeito das variações linguísticas. Os alunos não se sentem motivados a proceder a dito estudo. Há, inclusive, um “não gostar” da Língua Portuguesa, pois são muitas regras para “decorar”, sendo que muitos não gostam da produção textual por ser difícil e não saber o que escrever. Compreende-se que isto é uma das consequências e reflexos das aulas que são ministradas, uma vez que não há o devido fomento à leitura e à produção textual.

Já a partir da ótica dos educadores, pode-se verificar que estes, muitas vezes, sentem-se despreparados e “sem tempo” para realizar discussões acerca da diversidade linguística, embora todos rechacem o preconceito linguístico nas diferentes formas de expressão. Sabem que é difícil equilibrar a importância da língua de cada sujeito, sua realidade e seu contexto e a exigência dos conteúdos escolares a serem administrados, o que faz com que acabem priorizando a formalidade linguística. Por outro lado, percebeu-se que não existem critérios formais registrados pelos professores atinentes à avaliação dos avanços dos alunos.

Sob este prisma, se faz necessário que a escola compreenda que todas as variações linguísticas devem ser consideradas, inclusive ao levar em conta que, contemporaneamente, muitos indivíduos ainda não têm acesso à variedade padrão. Assim, é imprescindível que os ambientes escolarizados e os educadores desenvolvam métodos didático-pedagógicos que trabalhem no sentido de demonstrar a relevância da diversidade linguística, visto que esta resulta dos próprios fenômenos socioculturais. É evidente que cabe aos educadores ensinarem aos alunos as normas gramaticais da Língua Portuguesa, todavia é mister desmitificar a cultura que entende ser tal norma culta a única variação linguística certa. Deve-se, portanto, conscientizar os educandos de que todas as diversidades sociolinguísticas são válidas, mas que é essencial saber adequar a língua ao contexto e ao meio em que são empregadas.

Considerações Finais

Verifica-se que a escola se constitui em ambiente voltado à reflexão, à discussão e ao ensino, sendo que o educador atua como mediador da aprendizagem na vida do educando, sabendo respeitar e interagir com as diferenças étnicas/raciais, geracionais, culturais, sociais, econômicas, políticas e de gênero. Mostra-se relevante engendrar um discurso condizente com



a conjuntura social concatenado também ao fomento das variações linguísticas, já que a democracia e a liberdade de expressão devem ocorrer inclusive no espaço escolar.

Enfocando nesse ponto, torna-se claro que esta problemática envolvendo as variações linguísticas e as manifestações socioculturais daí decorrentes ainda é pouco tematizada no ambiente escolar, em razão de sua complexidade. Por conseguinte, tendo em vista que toda e qualquer forma de discriminação deve ser repelida, é fundamental que os educadores desenvolvam práticas que visem evitar e, até mesmo, eliminar atitudes discriminatórias concernentes às variações linguísticas.

Tais confrontações demonstram, inclusive, que a diversidade cultural deve ser fomentada e não mitigada ou preterida. Ademais, a linguagem é comunicação e identidade, o que se reflete na imprescindibilidade de se desfragmentar o preconceito decorrente das variações linguísticas em ambiências escolarizadas, promovendo um espaço diversificado cultural e linguisticamente.

Consequentemente, é possível depreender que os resultados alcançados por este Projeto de Pesquisa foram satisfatórios para que se pudesse dar visibilidade a tal fenômeno, especialmente visando contribuir com a melhoria do desenvolvimento linguístico no contexto escolar municipal. De igual modo, buscou-se ampliar o conhecimento em tal área, promovendo uma reflexão acerca das temáticas relacionadas ao uso da linguagem, a fim de que os educadores possam trabalhar de forma contextualizada com a realidade dos educandos e da escola, em um processo educativo coletivo de construção e troca do conhecimento.

Referências

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

BIZZOCCHI, Aldo. Linguagem Demarcada: conhecer as raízes biológicas do preconceito de linguagem pode ajudar a sociedade a combatê-lo. **Revista Língua**. São Paulo: Segmento, n. 96, ano 9, out. 2013. p. 54-55.

BIZZOCCHI, Aldo. O Mito da Padronização: as políticas linguísticas oscilam entre a pluralidade, que favorece a análise, e a uniformidade, cujo foco exclusivo é a função de comunicar. **Revista Língua**. São Paulo: Segmento, n. 100, ano 9, fev. 2014. p. 36-37.



IX Encontro dos
Grupos de Pesquisa
da Unicruz

IV Seminário de
Iniciação Científica



BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em Língua Materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: 3º e 4º ciclos: Língua Portuguesa. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

LUFT, Celso Pedro. **Língua & Liberdade**: por uma nova concepção da língua materna e seu ensino. Porto Alegre: L&PM, 1985.